

A INVESTIGAÇÃO DO PASSADO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: MEMÓRIA E HISTÓRIA

Wagner Rodrigues Valente
UIED-UNL, UNIBAN-SP
wagner.valente@pq.cnpq.br

RESUMO

Considerando a emergência de uma nova área de pesquisa denominada “história da educação matemática”, o texto tem por objetivo discutir aspectos do ferramental teórico-metodológico necessário à produção de conhecimento nessa área. Para tanto, explicita o ofício do historiador da educação matemática, bem como a problemática com a qual ele se defronta ao tratar das relações entre memória e história.

O passado de educação matemática interessa?

A educação matemática tem em seu passado recente o que ficou conhecido como Movimento da Matemática Moderna – MMM, que remonta a meados do século XX. Naquela altura, vivia-se o período do pós-guerra e nos Estados Unidos e Europa tomou corpo o ideário de reformar o ensino de matemática. Apesar de terem sido muitas as propostas elaboradas para essa reforma, todas parecem ter tido em comum a necessidade de atualizar os conhecimentos matemáticos ensinados na escola básica.

Mas, esse passado interessa? Colocada desse modo, a resposta será negativa e dará razão a todos aqueles que advogam que o “passado já passou e não volta mais”. Ou, de outra forma similar, “o passado não interessa pois as condições da vida contemporânea são muito diferentes do que já passou”... De fato, jamais retomaremos o passado, a vida segue.

Se o passado não interessa, interessa a história. Essa afirmação aponta para a constituição de um campo recentíssimo na educação matemática, o da *história da educação matemática*.

Buscando construir um espaço próprio de pesquisa, os estudos sobre história da educação matemática vêm tentando mostrar que não são redutíveis àqueles histórico-matemáticos. O que permite dizer que história da matemática e história da educação matemática não se sobrepõem. Admitida a especificidade da *história da educação matemática* cabe a retornar à pergunta feita ao passado da educação matemática, agora especificamente dirigida à área recentíssima de pesquisa: que tipo de contribuição essas

pesquisas podem dar à educação matemática? Pragmaticamente: a que vem a história da educação matemática?

A resposta a essas interrogações pode ser dada à indagação de fundo: Para que serve a história? Paciente e didaticamente, o historiador Marc Bloch, em sua clássica obra “Apologie pour l’histoire ou Métier d’historien”, inicia o livro com a tarefa de explicar a um rapazinho a serventia da história. Por esse ponto inicial vai discutindo com o leitor o papel da história. Para o que interessa neste texto, o ofício do historiador liga-se diretamente à necessidade de compreensão do mundo e, neste caso, sua tarefa é a da produção de conhecimento, através de um trabalho específico, que caracteriza sua condição de historiador.

O que significa considerar o trabalho do historiador - o resultado daquilo que ele produz - como conhecimento? Um ponto de partida epistemológico se faz necessário: todas as práticas humanas representam um consórcio – talvez fosse melhor dizer uma dialética - entre a inovação e a herança. Assim, por exemplo, as práticas pedagógicas dos professores de matemática contêm sempre uma dimensão do passado e outra do lançar-se para o futuro, rumo às ações inéditas. O que leva a concluir que sem conhecimento histórico da educação matemática, perde-se a possibilidade de um melhor entendimento das práticas realizadas pelos professores de matemática em seu cotidiano de trabalho.

Se o passado da educação matemática não há de mais voltar, estamos convivendo cotidianamente com a história da educação matemática. E ela, como toda história, é uma *representação* que construímos do passado para tocarmos em frente a vida futura. O passado já morreu, mas sua representação é elemento fundamental para dar sentido ao que construímos hoje.

Admitida a importância do novíssimo campo de pesquisa, este texto por objetivo problematizar o uso da memória como ingrediente na produção histórica da educação matemática.

História da educação matemática como ofício de historiador

O historiador Antoine Prost mostra que o ofício de historiador passou a ser reconhecido e praticado como profissão a partir dos anos 1880, na França. Antes disso havia a prática da história por amadores. Mas, é somente no final do século XIX, que

acabou sendo constituída uma comunidade organizada, com suas regras, seus procedimentos reconhecidos por seus praticantes e suas carreiras.

A criação da profissão de historiador se vê profundamente alterada em suas bases paradigmáticas a partir do ano de 1929. Nesse ano, com a criação da revista *Annales d'histoire économique e social*, por Lucien Febvre e Marc Bloch, a escrita da história, a produção histórica, modifica-se não essencialmente em seus métodos, mas nos objetos de pesquisa e em suas questões de trabalho.

Prost também ressalta o que deve tomar como elementos constitutivos da escrita da história: *os fatos históricos*. Diz ele, que é senso comum sobre a história, de que ela é feita de fatos, e que saber história é conhecer os fatos históricos. Serão também os fatos históricos o divisor de águas entre o ensino de história e a pesquisa histórica. Diz Prost

Chegamos aqui, sem dúvida, à diferença maior entre o ensino e a pesquisa, entre a história que se expõe didaticamente e aquela que se elabora. No ensino, os fatos estão todos prontos, constituídos. Na pesquisa, é preciso construí-los. (1996, p.55).

De acordo com esse historiador, o ensino de história ocorre em dois tempos: Primeiro há que se conhecer os fatos históricos. Em seguida, explicá-los, enredando-os dentro de um discurso coerente. É justamente essa dicotomia entre o estabelecimento dos fatos e sua explicação, que foi alvo de teorização no final do século XIX, por Langlois e Seignobos, constituindo a chamada *escola metódica*.

Esses historiadores não consideravam que os fatos históricos estivessem prontos desde o início. Ao contrário, dedicaram seu trabalho, em grande parte, à explicação de como eles deveriam ser construídos. No entanto, uma vez construídos, permaneceriam fatos definitivamente. Essa é a origem da idéia do trabalho histórico em dois tempos e entre dois grupos de profissionais: os professores e os pesquisadores. Os primeiros utilizam os fatos construídos pelos segundos. (Prost, 1996, p. 56).

A alteração sofrida nessa perspectiva da escola metódica, de construção definitiva dos fatos históricos, porém, não modificou a posição fundamental destes no discurso histórico. Desde Langlois e Seignobos até os *Annales*, o lema comum da profissão é o de tê-los como elementos fundamentais da história. No entanto, uma vez estabelecidos, eles deverão ou não resistir à contestação, dentro do que pratica o

historiador contemporaneamente. Permanece, desse modo, a regra de ouro da produção histórica: nada de fazer afirmações sem provas, isto é, não há história sem fatos.

Neste ponto há uma questão fundamental a ser formulada:: Como proceder para o estabelecimento de fatos? Qual método seguir?

Os fatos históricos são constituídos a partir de traços, de rastros deixados no presente pelo passado. Assim, o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos. Desse modo, um fato não é outra coisa que o resultado de uma elaboração, de um raciocínio, a partir das marcas do passado, segundo as regras de uma crítica. Mas, a história que se elabora não consiste tão simplesmente na explicação de fatos. A produção da história, tampouco é o encadeamento deles no tempo, em busca de explicações *a posteriori*. O ofício do historiador não parte dos fatos como um dado *a priori*.

Outra parada, para outra questão fundamental: O que precede o estabelecimento dos fatos? Como resposta, na sua quarta aula, Antoine Prost responde que são as questões do historiador, suas hipóteses iniciais. Assim, não haverá fatos sem questões prévias para o seu estabelecimento. Em síntese, não existem fatos históricos sem questões postas pelo historiador.

Desse modo, ensina Prost, a produção histórica não se define nem por seu objeto, nem por seus documentos, pelos traços deixados do passado no presente. Não existem fatos históricos por natureza. Eles são produzidos pelos historiadores a partir de seu trabalho com as fontes, com os documentos do passado, que se quer explicar a partir de respostas às questões previamente elaboradas. Assim, não há fontes sem as questões do historiador. Será ele que irá erigir os traços deixados pelo passado em documentos para a história, em substância para a construção de seus fatos. Há, dentro dessa perspectiva, um primado da questão, da interrogação sobre o documento.

Em conclusão, o método histórico, o ofício do historiador, envolve a formulação de questões aos traços deixados pelo passado, que são conduzidos à posição de fontes de pesquisa por essas questões, com o fim da construção de fatos históricos, representados pelas respostas a elas.

Será dentro dessa perspectiva que a produção da história da educação matemática constituir-se-á como resultado do ofício do historiador. Neste caso, sua especificidade liga-se à educação matemática, uma dentre milhares de outras sobre às quais lança-se a pesquisa histórica.

“A história nasce para uma época, quando ela já morreu. O domínio da história é, portanto, o passado. O presente remete à política, e o futuro a Deus pertence”. A frase é citada pelo historiador François Hartog, escrita em finais do século XIX, relativamente aos estudos históricos, num relatório oficial francês. (2003, p.135). Hartog destaca a frase, em seu texto, para ponderar que desde o momento em que o ofício do historiador não mais é visto como algo realizado sobre um tempo morto, mudam as relações entre história e memória. Essa oposição de origem, isto é, à história o passado; para a memória, o tempo contemporâneo, não mais se sustenta. Hartog também frisa que a ruptura passado e presente desde logo é descartada por Pierre Nora, que junto com Jacques Le Goff, organizou, em 1974, os três volumes da obra *Faire de l'histoire* e dez anos depois lançou o primeiro volume dos *Lieux de mémoire*. Nora reivindica “ao historiador do presente que faça conscientemente surgir o passado no presente (em lugar de fazer inconscientemente surgir o presente no passado)”. Será no longo texto de abertura dos *Lieux...* intitulado “Entre memória e história” que ficará clara a problemática do *entre*. Estar entre história e memória não significará colocá-las em oposição, nem confrontá-las, mas considerar que uma poderá servir-se da outra. (Nora *apud* Hartog, 2003, p. 136).

O número 122, de 2002, da revista francesa *Le Débat* reuniu textos de historiadores renomados em torno da obra de Paul Ricoeur, particularmente, do livro *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*, publicado em 2000. A intenção da sessão especial da revista, intitulada “Autour de La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli de Paul Ricoeur” foi promover um diálogo dos historiadores com o filósofo, um leitor bastante atento à produção histórica atual.

O diálogo dos historiadores com o filósofo levou em consideração, sobretudo, as relações entre *história e memória*. Em que sentido a *memória* modifica o tratamento do objeto histórico? Quais são os modos apropriados de considerar essa via de conhecimento do passado, no presente, sem que nos contentemos em copiá-la sob a forma de um ditado? Quais desafios verdadeiramente a dimensão memorialista traz para o trabalho crítico?

É preciso dizer que vou considerar, nos limites deste texto e atento ao foco deste estudo, tão somente a intervenção de Roger Chartier sobre os escritos de Paul Ricoeur e a réplica dada pelo filósofo.

A certa altura de seu artigo, Chartier sintetiza, a partir da análise da obra de Ricoeur, as relações entre *documento* e *testemunha* na escrita da história:

O documento contra a testemunha, a construção explicativa contra a reminiscência imediata, a representação do passado contra seu reconhecimento: cada ‘fase’ da operação historiográfica é assim claramente distinta dos procedimentos da memória. O que, inevitavelmente, implica em relações de competição. (Chartier, 2002, p. 8).

Assim, segundo Chartier, Ricoeur baliza os dois lados: história e memória. No que toca aos historiadores, caberá tratar a memória como um objeto qualquer da pesquisa histórica: será preciso analisar seus conteúdos ideológicos, os modos de sua transmissão, os lugares de onde ela é considerada e seus usos sociais e políticos. Escaldados dos processos de falsificação do passado, os historiadores buscam dissipar todo o risco de confundir história – entendida como um conhecimento crítico e controlável – e as reconstruções da memória – que mantém com o passado uma relação afetiva, militante ou manipulativa. (Chartier, 2002, p.8).

Chartier pondera ainda que:

Claro, entre história e memória, as relações são fortes. O conhecimento histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou as ignorâncias que durante muito tempo estiveram presentes na memória coletiva; inversamente, as necessidades de lembrar ou as exigências da comemoração são freqüentemente a origem das pesquisas históricas rigorosas e originais. Mas, história e memória não se identificam. A primeira inscreve-se na ordem de um saber universalmente aceito, “científico” no sentido de Michel de Certeau. A segunda refere-se às necessidades e exigências das comunidades, para quem a presença do passado no presente torna-se um elemento essencial da construção do ser coletivo.

Enquanto historiador, Chartier preocupa-se com o pecado capital de seu ofício: o anacronismo. Ele tende a ocorrer, de acordo com o historiador, quando se pretende identificar memória e história. Essa identificação, no mundo contemporâneo, pode ser explicada pela “necessidade de afirmação ou de justificação de identidades construídas ou reconstruídas” que podem inspirar uma reescrita do passado que deforma, ignora ou oculta os aportes do saber histórico controlado. (p. 9). De outra parte, pondera Chartier, “a capacidade crítica da história não está limitada ao inventário das imposturas sobre o passado”. A história pode e deve estabelecer critérios objetivos para aceitar ou recusar produções que tratem do passado. Essas observações, segundo o historiador, remetem às

questões formuladas ou sugeridas pelo filósofo, dentre elas: Quais critérios devem ser aceitos para desqualificar certos discursos sobre o passado e validar outros? Devemos nos reportar às regras clássicas do exercício da crítica histórica? Por outro lado, é legítimo postular uma pluralidade dos regimes de prova da história, que seria exigido pela diversidade de objetos e de métodos históricos? Ou devemos nos esforçar para elaborar uma teoria da objetividade que estabeleceria critérios gerais que permitissem distinguir entre proposições válidas ou inválidas? (p.10).

Tais questões, de acordo com Chartier, têm sido rechaçadas por certos historiadores, que as consideram inúteis ou mesmo perigosas. Mas jogam papel essencial no trabalho histórico contemporâneo, dada a forte tentação e ameaça em que vivemos de nos relacionarmos com o passado, através de histórias imaginadas ou imaginárias. Assim, refletir sobre as condições que permitam considerar o discurso histórico como uma representação e uma interpretação adequada da realidade passada é essencial e urgente. (Chartier, 2002, p. 10).

Relativamente à memória, Chartier menciona que Ricoeur enfatiza os esforços que ela realiza para, de algum modo, libertar-se do jugo da história. O filósofo destaca, na tradição judia, a antiga resistência da memória do grupo ao tratamento histórico do passado. Assim, “o progresso da crítica documental e a secularização do conhecimento mediato do passado, produziram um ‘malefício da historiografia’ e a reivindicação da legitimidade de uma outra forma de compreensão, intuitiva e afetiva do passado”. (Chartier, 2002, p. 10).

Para além de atestar as relações conflituosas entre história e memória, a leitura da obra de Ricoeur, para Chartier, traz outras formas de relacionamento desses campos: A memória, com efeito, deve ser considerada como “matriz da história, na medida em que ela permanece a guardiã da problemática das relações representativas do presente ao passado”. (Ricoeur *apud* Chartier, 2002, p. 10). Explicitando mais detalhadamente, Chartier pondera que a afirmação de Ricoeur não é feita na direção de opor memória e história, ao modo dos escritores do século XIX, mas de mostrar que a testemunha memorial é a garantia certa, a prova primeira da existência de um passado que já ocorreu. Será aí que o discurso histórico encontrará a atestação a mais imediata e evidente da referência de seu objeto. (Chartier, 2002, p.10).

A essas considerações do historiador à obra do filósofo, segue-se o discurso de Ricoeur, sobre a apropriação que Chartier fez de seu texto. Será preciso dizer, desde logo, que me situo no nível de apropriação das manifestações de Chartier e Ricoeur,

interessado no aprofundamento do tema “história e memória”. Assim, cabe perguntar: O que teria dito Paul Ricoeur a Chartier, sobre como este último entendeu os seus escritos sobre o assunto?

Em síntese, Ricoeur afirma que Chartier tratou do tema história e memória sob o signo da competição: a história tratando a memória como um dos seus objetos; a memória se rebelando contra a história, opondo-se às suas pretensões científicas, suas exigências existenciais. (Ricoeur, 2002, p.44). E, em boa medida, concorda com as afirmações do historiador. O filósofo admite, ainda, que faltou a seu livro um capítulo onde tivesse sido discutido a “memória instruída pela história”. Nesse caso teria todo sentido discutir como a memória instruída pela história, mas também “traumatizada pela história” leva em conta a história. Para além do que mencionou Chartier, Ricoeur objeta que será sob a opinião pública e a dos meios de comunicação, que a história e a ficção entram em competição. Será nesse âmbito que seremos chamados a presenciar polêmicas relativas a um dever de memória. (p. 44). Ricoeur lembra que nesse caso já tratou dos usos e abusos da memória ao mencionar: a memória impedida, manipulada, abusivamente comandada. Frisa, ainda, que no que diz respeito ao último caso, é imperioso pensar numa “política da memória instruída pela história”.

Considerações finais

Retomando o exemplo mencionado ao início : o MMM. O Movimento da Matemática Moderna constitui referência fundamental para os rumos da educação matemática enquanto campo de pesquisa. Trata-se de momento histórico tão importante que desencadeará, com o seu refluxo, a sistematização e organização da atividade científica relacionada ao ensino e aprendizagem da Matemática. Numa palavra : fará emergir o próprio campo da Educação Matemática.

Muitos daqueles que protagonizaram o Movimento não se cansam de dar depoimentos sobre o que teria acontecido à proposta de internacionalizar uma nova matemática escolar, aquela das estruturas algébricas. Não raro, essas memórias têm sido tomadas como história. Em razão de muitos deles ainda estarem presentes nas discussões contemporâneas da educação matemática, participando de congressos, ativos na produção científico-acadêmica, não raro, seus depoimentos têm sido suficiente para a caracterização do MMM. São representações de um passado recente que acabam se impondo à história, à tarefa de construir uma história do MMM.

Referências

CHARTIER, R. “Autour de La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli de Paul Ricoeur”. **Le Débat**. No. 122, Paris, 2002.

HARTOG, F. **Régimes d’historicité** – presentisme et expériences du temps. Paris : Éditions du Seuil, 2003.

PROST, Antoine. **Douze leçons sur l’histoire**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.

RICOEUR, P. “Autour de La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli de Paul Ricoeur”. **Le Débat**. No. 122, Paris, 2002.